Parecer nº 130/2008

Data: 2008.05.07

Processo nº 101/2008

Requerente: Serviço Regional de Saúde, EPE - Região Autónoma da Madeira

I - Os factos

1. O Agente Consular e representante local dos serviços consulares da Embaixada dos EUA em Lisboa solicitou ao Serviço Regional de Saúde, EPE, um “relatório médico onde conste a evolução da doença até à morte (...) de uma cidadã norte-americana, falecida em 30/12/2007”.

E notou para o efeito que:

- a) Pretende o relatório (ou cópia do mesmo) para posterior envio à Embaixada;
 - b) “O referido relatório é indispensável para que os seus serviços possam concluir o processo e emitir uma certidão de óbito oficial para os EUA, atendendo a que os resultados da autópsia vão demorar vários meses”.
2. A entidade requerida vem agora solicitar a emissão de um parecer desta Comissão, sobre a possibilidade de revelação do documento requerido.
3. Na sequência de contacto com a Embaixada dos EUA, foi-nos comunicado o seguinte:
 - a) Um filho da falecida cidadã norte-americana solicitou à Embaixada a emissão de uma certidão de óbito com indicação expressa da causa da morte;
 - b) Como, no caso, houve autópsia e os resultados da mesma “estão demorados”;
 - c) A Embaixada precisa do referido relatório para poder passar imediatamente a certidão requerida - com informação sobre a causa da morte.
4. Contactada a entidade consulente, foi-nos informado o seguinte:
 - a) No processo clínico da referida cidadã não consta a causa da morte;
 - b) O certificado de óbito contém a seguinte referência: “causa da morte desconhecida”;

- c) A autópsia, no caso em apreço, foi promovida pelo Ministério Público - e foi realizada pelo Gabinete de Medicina Legal da Região Autónoma da Madeira;
- d) A entidade consulente não sabe se já existe ou não um relatório da autópsia.

II - Apreciação jurídica

1. O falecimento de qualquer indivíduo ocorrido em território português deve ser declarado, dentro de quarenta e oito horas, na conservatória do registo civil competente (nº 1 do artigo 192º do Código do Registo Civil).

A declaração deve ser confirmada pela apresentação do certificado de óbito, passado pelo médico que o houver verificado (nº 1 do artigo 194º do Código do Registo Civil).

Havendo indícios de morte violenta, suspeitas de crime, declarando o médico ignorar a causa da morte ou tendo o óbito ocorrido há mais de um ano, o funcionário do registo civil a quem o óbito seja declarado abstém-se de lavrar o assento ou o auto de declarações e comunica imediatamente o facto às autoridades judiciais ou policiais, a fim de estas promoverem a autópsia do cadáver e as demais diligências necessárias à averiguação da causa da morte e das circunstâncias em que esta tenha ocorrido (nº 1 do artigo 197º do Código do Registo Civil).

2. O princípio geral do regime de acesso aos documentos administrativos consta do artigo 5º da LADA (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos - Lei nº 46/2007, de 24 de Agosto): “Todos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos”.

A LADA identifica no entanto, expressamente, algumas restrições ao direito de livre acesso:

- a) Quando os documentos contenham, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciações ou juízos de valor, ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada - informação nominativa (nº 5 do artigo 6º da LADA);
- b) Quando os documentos contenham “segredos de empresa” (nº 6 do artigo 6º da LADA);

- c) Quando haja razões para diferir ou protelar o acesso (n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 6.º da LADA).

Importa notar que o direito de acesso à informação está ainda sujeito a restrições para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com eles entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado¹.

3. Documentos nominativos são, para efeitos da LADA, os documentos administrativos que contenham, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada [cfr. artigo 3.º, n.º 1, alínea b)]. São documentos nominativos, por exemplo, os que revelem informação de saúde ou da vida sexual.

Os documentos nominativos são comunicados, apenas:

- a) À pessoa a quem os dados digam respeito;
- b) A terceiros munidos de autorização escrita;
- c) A terceiros que demonstrem possuir interesse directo, pessoal e legítimo no acesso (n.º 5 do artigo 6.º da LADA).

Tem entendido esta Comissão em diversos pareceres que o interesse directo, pessoal e legítimo se verifica nas situações em que familiares próximos de pessoa falecida, a quem se referem os dados clínicos a aceder, necessitam de os conhecer e utilizar para fazer valer direitos e interesses legítimos, patrimoniais ou não, decorrentes da morte dessa pessoa, designadamente quando queiram conhecer a causa da morte ou tenham dúvidas sobre as circunstâncias em que a mesma ocorreu.

¹ Nesse sentido, cfr. G. Canotilho / V. Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4ª Edição, I, Coimbra Editora, 2007, pp. 573-574; J. Miranda / R. Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, Coimbra Editora, 2005, p. 430; J. Renato Gonçalves, *Acesso à Informação das Entidades Públicas*, Almedina, Coimbra, 2002, pp. 59 e ss.

Conclui-se, por isso, que o filho da falecida cidadã norte-americana, e quem legalmente o represente em Portugal, tem o direito de conhecer a causa da morte da sua mãe.

Não obstante, a entidade consulente não possui informação com a causa da morte - ou outros elementos que permitam facilmente apurar tal causa. Deste modo, porque não possui essa informação, não a poderá facultar.

III - Conclusão

Face ao exposto, pode concluir-se que o Serviço Regional de Saúde, EPE, deverá comunicar ao requerente que não possui informação com a causa da morte da falecida cidadã, ou outros elementos que permitam facilmente apurar tal causa.

Comunique-se.

Lisboa, 7 de Maio de 2008

Renato Gonçalves (Relator) - David Duarte - João Miranda - Antero Rôlo - Artur Trindade - João Perry da Câmara - António José Pimpão (Presidente)